

Bloco 01 - Questões 001 a 025**Questão 001**

Acerca do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), julgue o item a seguir:

O segurado especial, doravante enquadrado como contribuinte individual por exercer atividade de natureza urbana em período de entressafra, mantém o direito à contagem do tempo anterior sem a necessidade de indenização das contribuições correspondentes, desde que preenchidos os requisitos legais de transição.

Questão 002

Com relação aos benefícios do RGPS, julgue o item a seguir:

A concessão do auxílio-acidente está condicionada à comprovação de incapacidade laboral total e permanente para o exercício da atividade habitualmente exercida pelo segurado.

Questão 003

No que tange aos princípios constitucionais da Seguridade Social, julgue o item a seguir:

O princípio da equidade na forma de participação no custeio veda a instituição de alíquotas progressivas para a contribuição social dos segurados empregados, sob pena de violação da capacidade contributiva.

Questão 004

A respeito da carência e do salário-maternidade, julgue o item a seguir:

Para a segurada empregada, trabalhadora avulsa e empregada doméstica, o direito ao salário-maternidade independe do cumprimento de período de carência.

Questão 005

A respeito dos Planos de Benefícios da Previdência Social, julgue o item a seguir:

Perde a qualidade de segurado, independentemente de manifestação, o trabalhador que deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social, cessando as contribuições, sendo certo que o prazo do período de graça para o segurado desempregado pode ser prorrogado por mais 12 meses caso haja comprovação de registro no órgão competente do Ministério do Trabalho.

Questão 006

Acerca das prestações previdenciárias e da pensão por morte, julgue o item a seguir:

O direito à pensão por morte aos dependentes do segurado rege-se pela legislação vigente à época do óbito, sendo vedada a aplicação retroativa de normas posteriores mais benéficas, em respeito ao ato jurídico perfeito.

Questão 007

No que concerne ao financiamento da Seguridade Social, julgue o item a seguir:

As receitas provenientes das contribuições sociais destinadas à Seguridade Social integram o orçamento fiscal da União e podem ser remanejadas livremente pelo Poder Executivo para outras áreas de atuação governamental, como segurança pública e infraestrutura, em situações de calamidade pública.

Questão 008

Em relação aos acidentes do trabalho e doenças profissionais, julgue o item a seguir:

Equipara-se a acidente do trabalho a doença profissional, assim entendida a produzida pelo exercício peculiar a determinada atividade descrita na lei, desde que a Previdência Social comprove que o segurado contraiu a enfermidade exclusivamente por dolo do empregador.

Questão 009

No que diz respeito à aposentadoria por incapacidade permanente e à reabilitação profissional, julgue o item a seguir:

O segurado em gozo de auxílio-incapacidade temporária (antigo auxílio-doença) que for considerado insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência deverá ser submetido obrigatoriamente a processo de aposentadoria por incapacidade permanente, independentemente da realização de novas perícias médicas periódicas.

Questão 010

Acerca da prescrição e decadência no Direito Previdenciário, julgue o item a seguir:

O prazo decadencial de dez anos para a revisão do ato de concessão de benefício previdenciário incide inclusive sobre os segurados menores de idade ou civilmente incapazes, tendo em vista a inaplicabilidade de causas suspensivas ou interruptivas da decadência no âmbito do direito público.

Questão 011

Acerca do custeio da Seguridade Social e das regras de imunidade tributária, julgue o item a seguir:

As entidades beneficentes de assistência social que atendam aos requisitos legais estabelecidos em lei complementar gozam de imunidade em relação às contribuições sociais destinadas ao financiamento da seguridade social, sendo vedada a exigência de lei ordinária para a fixação das normas gerais de concessão dessa imunidade.

Questão 012

Com relação aos benefícios previdenciários e aos critérios de cálculo, julgue o item a seguir:

O salário-de-benefício de qualquer benefício previdenciário do RGPS corresponde à média aritmética simples de 100% dos salários-de-contribuição desde julho de 1994, sem a possibilidade de exclusão de qualquer competência, ainda que na vigência de regras de transição.

Questão 013

No que tange aos princípios da Seguridade Social, julgue o item a seguir:

O princípio da universalidade da cobertura e do atendimento assegura que todas as pessoas, independentemente de terem contribuído para o sistema, possuem direito a qualquer benefício de natureza previdenciária de forma irrestrita.

Questão 014

A respeito dos segurados do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), julgue o item a seguir:

O bolsista que se dedica em tempo integral a pesquisa, curso de licenciatura, pós-graduação ou técnico, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social, pode filiar-se ao RGPS na qualidade de segurado facultativo.

Questão 015

A respeito do salário-família, julgue o item a seguir:

O direito ao salário-família é devido mensalmente ao segurado empregado, inclusive o doméstico, e ao trabalhador avulso, proporcionalmente ao número de filhos ou equiparados de qualquer idade, desde que o segurado possua renda bruta mensal inferior ao teto de baixa renda estipulado periodicamente pelo Governo Federal.

Questão 016

No que concerne aos Planos de Benefícios da Previdência Social e à reabilitação profissional, julgue o item a seguir:

O segurado em gozo de auxílio por incapacidade temporária que deixar de cumprir as exigências do programa de reabilitação profissional fornecido pela Previdência Social terá o seu benefício suspenso imediatamente, sem prejuízo de eventual conversão posterior caso comprove a cessação da incapacidade.

Questão 017

Acerca da pensão por morte e das inovações trazidas pelas reformas legislativas, julgue o item a seguir:

A pensão por morte concedida a dependente inválido terá valor vitalício e não sofrerá nenhuma redução percentual com base na cumulação com outros benefícios previdenciários de diferentes regimes.

Questão 018

Em relação ao auxílio-reclusão, julgue o item a seguir:

O auxílio-reclusão é devido aos dependentes do segurado de baixa renda recolhido à prisão em regime fechado ou semiaberto, calculando-se a aferição da baixa renda com base na média dos salários-de-contribuição apurados nos 12 meses anteriores ao mês do recolhimento à prisão.

Questão 019

No que diz respeito à prescrição quinquenal no âmbito do Direito Previdenciário, julgue o item a seguir:

O direito de requerer prestações mensais de benefícios previdenciários prescreve em cinco anos, atingindo o próprio fundo do direito caso o segurado permaneça inativo por período superior a esse lapso temporal, extinguindo-se definitivamente a pretensão de titularidade.

Questão 020

Acerca da organização e competência em matéria de Seguridade Social, julgue o item a seguir:

Compete privativamente à União legislar sobre normas gerais relativas à seguridade social, sendo vedada aos Estados e ao Distrito Federal a edição de leis suplementares sobre a matéria.

Questão 021

A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar o direito relativo à saúde, à previdência e à assistência social, obedecendo, entre outros princípios, ao caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados.

Questão 022

A Previdência Social tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção apenas por motivo de incapacidade, idade avançada e tempo de serviço, sendo os eventos de desemprego involuntário e reclusão cobertos exclusivamente pelas políticas de assistência social.

Questão 023

A Assistência Social, política integrante da Seguridade Social, provê o atendimento das necessidades básicas independentemente de contribuição à Seguridade Social, organizando-se sob a diretriz da descentralização político-administrativa e da participação da população na formulação e controle das ações em todos os níveis.

Questão 024

O segurado especial, no âmbito do Regime Geral de Previdência Social, perde imediatamente essa condição e é excluído da categoria a contar do primeiro dia do mês em que se enquadrar em qualquer outra categoria de segurado obrigatório do RGPS, independentemente de ressalvas legais.

Questão 025

A cota de participação do segurado especial em sociedade empresária de pequeno porte, independentemente de sua atividade-fim, é plenamente compatível com a manutenção da referida categoria previdenciária rural.

Gabarito Comentado - Bloco 01**Questão 001 - Gabarito: ERRADO**

Comentário das alternativas:

O item está errado porque, ao exercer atividade urbana no período de entressafra que descaracterize a condição de segurado especial, o recolhimento ou a indenização das contribuições previdenciárias relativas a esse período na condição de contribuinte individual é obrigatória para fins de cômputo no RGPS, conforme as regras de transição e custeio da Lei 8.213/91 e do Decreto 3.048/99. Não há contagem automática de tempo rural sem o respectivo custeio quando ocorre a descaracterização da atividade típica de segurado especial.

Questão 002 - Gabarito: ERRADO

Comentário das alternativas:

O item está errado. O auxílio-acidente possui natureza indenizatória e é concedido, como espécie de auxílio por seqüela, quando da consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem seqüelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia. Caso houvesse incapacidade total e permanente, o benefício indicado seria a aposentadoria por invalidez (atualmente aposentadoria por incapacidade permanente), e não o auxílio-acidente, que permite a continuidade do labor.

Questão 003 - Gabarito: ERRADO

Comentário das alternativas:

O item está errado. A equidade na forma de participação no custeio significa ajustar a arrecadação de forma a buscar o equilíbrio financeiro e atuarial, considerando a capacidade econômica dos contribuintes. A Emenda Constitucional nº 103/2019 (Reforma da Previdência) expressamente consagrou e constitucionalizou a progressividade das alíquotas das contribuições dos segurados do RGPS e do RPPS, sendo perfeitamente compatível com o ordenamento jurídico pátrio e amplamente respaldada pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Questão 004 - Gabarito: CERTO

Comentário das alternativas:

O item está certo. Nos termos da Lei 8.213/91 (art. 26, inciso VI), o salário-maternidade não exige carência para as seguradas empregada, trabalhadora avulsa e empregada doméstica. A exigência de carência (geralmente de 10 meses) restringe-se a outras categorias, como a segurada especial, a contribuinte individual e a facultativa.

Questão 005 - Gabarito: CERTO

Comentário das alternativas:

O item está certo. Conforme o art. 15, inciso II, § 2º, da Lei 8.213/91, o período de graça de 12 meses para o segurado que deixar de exercer atividade remunerada é acrescido de mais 12 meses caso o segurado possua mais de 120 contribuições sem interrupção que acarrete a perda da qualidade de segurado, e pode ser prorrogado por mais 12 meses (totalizando até 24 meses de período de graça) se houver a comprovação de desemprego involuntário mediante registro junto ao órgão competente do Ministério do Trabalho e Emprego.

Questão 006 - Gabarito: CERTO

Comentário das alternativas:

O item está certo. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF) firmaram entendimento pacífico de que o tempus regit actum (o tempo rege o ato) se aplica aos benefícios previdenciários. Portanto, a pensão por morte rege-se pela lei vigente na data do óbito do instituidor, não havendo direito adquirido a regime jurídico de cálculo anterior ou posterior que não estivesse vigente no momento do fato gerador.

Questão 007 - Gabarito: ERRADO

Comentário das alternativas:

O item está errado. A Constituição Federal de 1988 estabelece, no art. 195, § 1º, que as receitas da Seguridade Social integram orçamento diverso dos demais (orçamento da Seguridade Social). Ademais, veda-se a utilização de recursos da seguridade social para finalidades distintas, princípio reforçado pela Desvinculação de Receitas da União (DRU), cujos limites e exceções constitucionais não autorizam o livre remanejamento irrestrito para qualquer área sem expressa previsão e balizamento constitucional.

Questão 008 - Gabarito: ERRADO

Comentário das alternativas:

O item está errado. Embora a doença profissional seja equiparada a acidente do trabalho nos termos da legislação (art. 20, I, da Lei 8.213/91), a caracterização não depende da comprovação de dolo ou culpa do empregador, tampouco de que a doença decorreu exclusivamente por culpa patronal. Trata-se de responsabilidade objetiva no âmbito previdenciário, bastando o nexo técnico epidemiológico ou a comprovação de que a moléstia decorreu das condições inerentes ao trabalho.

Questão 009 - Gabarito: ERRADO

Comentário das alternativas:

O item está errado. O erro reside na assertiva de que o segurado fica isento de revisões periódicas. Mesmo após a conversão em aposentadoria por incapacidade permanente, a autarquia previdenciária mantém o poder-dever de submeter o aposentado a exames médicos periódicos para verificação da permanência da incapacidade, ressalvadas as hipóteses legais de isenção por idade (como portadores de HIV, maiores de 60 anos, etc., conforme previsões da legislação e atualizações da Lei 8.213/91).

Questão 010 - Gabarito: ERRADO

Comentário das alternativas:

O item está errado. Conforme jurisprudência pacificada pelo STF (Tema 313) e pelo STJ, não corre prazo decadencial contra os absolutamente incapazes (menores de idade e interditados), pois a eles não se aplicam os prazos de decadência enquanto perdurar a incapacidade, aplicando-se por analogia o art. 198, I, do Código Civil c/c regras de direito público protetivo.

Questão 011 - Gabarito: CERTO

Comentário das alternativas:

O item está certo. Conforme o art. 195, § 7º, da Constituição Federal, as entidades beneficentes de assistência social que atendam aos requisitos previstos em lei complementar gozam de imunidade das contribuições sociais de seguridade social. O Supremo Tribunal Federal (STF) possui entendimento pacífico de que a matéria relativa aos requisitos formais e materiais para a fruição da imunidade tributária das entidades beneficentes exige necessariamente lei complementar (como o CTN e leis complementares específicas), sendo inconstitucional a imposição de restrições por meio de mera lei ordinária.

Questão 012 - Gabarito: ERRADO

Comentário das alternativas:

O item está errado. Embora a regra permanente introduzida pela Emenda Constitucional nº 103/2019 utilize a média de 100% de todos os salários de contribuição desde julho de 1994, a legislação e as revisões jurisprudenciais admitem exceções e regras específicas (como o descarte de salários que prejudiquem a média, desde que cumpridos os requisitos mínimos e observadas as regras de transição ou teses jurídicas reconhecidas, a exemplo da "revisão da vida toda" ou regras específicas aplicadas a determinadas categorias ou períodos de transição previstos expressamente).

Questão 013 - Gabarito: ERRADO

Comentário das alternativas:

O item está errado. A universalidade da cobertura significa que a Seguridade Social deve proteger contra todas as contingências sociais que gerem necessidade (doença, velhice, desemprego, etc.). Já a universalidade do atendimento refere-se prioritariamente à área da Saúde (que é aberta a todos independentemente de contribuição). Contudo, no âmbito da Previdência Social, vigora o caráter estritamente contributivo e o equilíbrio financeiro e atuarial (art. 201 da CF/88), o que significa que os benefícios previdenciários dependem, regra geral, de filiação e recolhimento de contribuições (carência), não sendo irrestritos a não-contribuintes.

Questão 014 - Gabarito: CERTO

Comentário das alternativas:

O item está certo. Nos termos da legislação previdenciária (art. 11, inciso IX, alínea "b" c/c art. 14 da Lei 8.213/91), o estudante bolsista que se dedica em tempo integral a atividades de pesquisa, pós-graduação ou cursos técnicos, e que receba bolsa de estudo sem vínculo de emprego, enquadra-se expressamente na categoria de segurado facultativo do RGPS, podendo verter contribuições para garantir proteção previdenciária.

Questão 015 - Gabarito: ERRADO

Comentário das alternativas:

O item está errado. O erro duplo está na expressão "de qualquer idade" e na inclusão irrestrita do empregado doméstico na modalidade padrão sem ressalvas. O salário-família é devido ao trabalhador de baixa renda apenas em relação ao filho ou equiparado de qualquer condição, até os 14 anos de idade ou inválido (de qualquer idade). Ademais, a extensão do salário-família ao empregado doméstico passou a ser assegurada mediante o cumprimento das condições legais estabelecidas, mas o limite etário de 14 anos é impeditivo para filhos maiores válidos.

Questão 016 - Gabarito: CERTO

Comentário das alternativas:

O item está certo. Conforme o art. 101 da Lei 8.213/91, o segurado em gozo de auxílio por incapacidade temporária, pensão por morte ou auxílio-acidente está obrigado, sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se a exame médico a cargo da Previdência Social, a processo de reabilitação profissional por ela prescrito e custeado, e a tratamento dispensado gratuitamente (exceto o cirúrgico e a transfusão de sangue, que são facultativos).

Questão 017 - Gabarito: ERRADO

Comentário das alternativas:

O item está errado. Embora a invalidez do dependente possa afastar a extinção automática do benefício por decurso de idade e garantir a cota até a cessação da invalidez, a Emenda Constitucional nº 103/2019 alterou as regras de cumulação de pensões e aposentadorias. Havendo acumulação de mais de uma pensão por morte, ou de pensão com aposentadoria de regimes diversos, aplica-se a gradação proporcional de corte (sistema de percentuais decrescentes sobre as faixas do valor excedente), não havendo imunidade absoluta contra reduções cumulativas decorrentes da reforma.

Questão 018 - Gabarito: ERRADO

Comentário das alternativas:

O item está errado. O erro principal está na menção ao regime semiaberto. Desde a alteração promovida pela Lei nº 13.846/2019, o auxílio-reclusão passou a ser devido apenas aos dependentes do segurado recolhido à prisão em regime fechado (o regime semiaberto foi excluído da cobertura do benefício). A aferição de baixa renda é calculada com base na renda bruta mensal do segurado no momento da prisão, e não na média de 12 meses.

Questão 019 - Gabarito: ERRADO

Comentário das alternativas:

O item está errado. No direito previdenciário, as prestações de trato sucessivo (mensalidades de benefícios) prescrevem quinquenalmente, mas a prescrição atinge apenas as parcelas vencidas (as prestações periódicas anteriores aos 5 anos da propositura da ação ou requerimento), e não o fundo de direito. O direito à percepção do benefício em si é imprescritível (embora o reconhecimento inicial da concessão possa esbarrar em decadência se envolver revisão de ato concessório de terceiros, a solicitação de benefício não exercida atinge apenas as parcelas pretéritas, preservando o direito de fundo).

Questão 020 - Gabarito: ERRADO

Comentário das alternativas:

O item está errado. Conforme o art. 24, inciso XII, da Constituição Federal, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre previdência social, proteção e defesa da saúde. À União cabe estabelecer as normas gerais (§ 1º), enquanto aos Estados e ao Distrito Federal é assegurada a competência suplementar (§ 2º), podendo exercer competência plena caso não exista lei federal sobre normas gerais (§ 3º).

Questão 021 - Gabarito: CERTO

Comentário:

Certo. O enunciado reproduz fielmente o teor do caput e da alínea "g" do parágrafo único do Art. 1º da Lei nº 8.212/1991. A redação original engloba perfeitamente a tríade da seguridade social (saúde, previdência e assistência social) e elenca corretamente os atores da gestão democrática e descentralizada.

Questão 022 - Gabarito: ERRADO

Comentário:

Errado. Conforme o Art. 3º da Lei nº 8.212/1991, a Previdência Social tem por fim assegurar meios indispensáveis de manutenção por motivo de incapacidade, idade avançada, tempo de serviço, desemprego involuntário, encargos de família e reclusão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente. O erro do item está em restringir o rol e excluir o desemprego involuntário e a reclusão do escopo previdenciário.

Questão 023 - Gabarito: CERTO

Comentário:

Certo. O item está em perfeita harmonia com o Art. 4º da Lei nº 8.212/1991. A assistência social rege-se pelo princípio da não exigência de prévia contribuição (caráter não contributivo) e possui diretrizes expressas voltadas à descentralização político-administrativa e ao controle social/popular.

Questão 024 - Gabarito: ERRADO

Comentário:

Errado. Embora a regra geral determine a exclusão do segurado especial caso se enquadre em outra categoria de filiação obrigatória, o § 11, inciso I, alínea "b", do Art. 12 da Lei nº 8.212/1991 ressalva expressamente exceções legais, como o exercício de atividade remunerada em período não superior a 120 dias no ano civil, o exercício de mandato de vereador ou de dirigente de cooperativa rural, as quais não eliminam a condição de segurado especial de forma absoluta.

Questão 025 - Gabarito: ERRADO

Comentário:

Errado. O § 14 do Art. 12 da Lei nº 8.212/1991 estabelece restrições rígidas. A participação em sociedade empresária só não o exclui da categoria se a empresa tiver objeto ou âmbito agrícola, agroindustrial ou agroturístico, for considerada microempresa (nos termos da LC nº 123/2006), e a pessoa jurídica compor-se apenas de segurados de igual natureza, sediando-se no mesmo município ou limítrofe. Portanto, a afirmação erra ao generalizar para "sociedade empresária de pequeno porte independentemente da atividade-fim".

Bloco 02 - Questões 026 a 050**Questão 026**

O servidor civil ocupante de cargo efetivo da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios é excluído do Regime Geral de Previdência Social, desde que amparado por regime próprio de previdência social, ressalvada a hipótese de exercício concomitante de outra atividade abrangida pelo RGPS, caso em que se tornará segurado obrigatório em relação a esta.

Questão 027

A empresa, para os efeitos da Lei Orgânica da Seguridade Social, abrange exclusivamente as entidades com fins lucrativos que assumem o risco de atividade econômica urbana ou rural, ficando a administração pública direta e indireta excluída desse conceito legal.

Questão 028

O décimo terceiro salário (gratificação natalina) integra o salário-de-contribuição do trabalhador empregado, mas não é computado para fins de cálculo de benefício previdenciário, na forma estabelecida em regulamento.

Questão 029

As diárias para viagens pagas ao empregado integram o salário-de-contribuição independentemente de seu valor percentual em relação à remuneração mensal do trabalhador, visto que a legislação atual extinguiu qualquer teto de isenção para essa verba.

Questão 030

Constitui receita da Seguridade Social a contribuição social incidente sobre a receita de concursos de prognósticos, cujos recursos arrecadados são integralmente destinados ao financiamento das ações de seguridade social.

Questão 031

O segurado que deixar de exercer atividade remunerada abrangida pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) conserva a qualidade de segurado, independentemente de prazo, desde que tenha completado o período de carência exigido para a concessão de benefício de aposentadoria por idade.

Questão 032

Em regra, o pagamento de benefício previdenciário vencido e não cobrado em vida (pecúlio post mortem) transmite-se aos dependentes habilitados à pensão por morte ou, na falta deles, aos sucessores na forma da lei civil, independentemente de inventário ou arrolamento.

Questão 033

O aposentado pelo RGPS que retornar a atividade laboral obrigatória permanece dispensado do recolhimento das contribuições previdenciárias voltadas ao custeio da Seguridade Social, visto que o benefício anterior já consolidou sua inatividade.

Questão 034

O cômputo de tempo de contribuição exercido em atividade rural anterior a novembro de 1991 para fins de concessão de benefícios no RGPS depende impreterivelmente do recolhimento prévio das respectivas contribuições previdenciárias correspondentes ao período.

Questão 035

A concessão do auxílio-acidente tem natureza indenizatória e pressupõe a redução da capacidade laboral para a atividade que habitualmente o segurado exercia, em decorrência de acidente de qualquer natureza, sendo exigida a comprovação de carência mínima de 12 contribuições mensais.

Questão 036

A perda da qualidade de segurado implica a caducidade dos direitos previdenciários acumulados, exigindo, para fins de concessão de benefícios que exijam carência, o cumprimento integral de novo período a partir da nova filiação.

Questão 037

A incapacidade laborativa permanente e total para o trabalho, que acarreta a concessão da aposentadoria por incapacidade permanente, não impede que o segurado exerça atividade civil remota ou estude, desde que não haja retorno à atividade laborativa que demonstre recuperação da capacidade para o trabalho.

Questão 038

O salário-maternidade devido à segurada empregada constitui renda substitutiva paga diretamente pelo empregador, que posteriormente compensará o valor despendido no recolhimento das contribuições previdenciárias devidas à Seguridade Social.

Questão 039

O valor da renda mensal inicial (RMI) de qualquer benefício substitutivo do salário-de-contribuição ou do rendimento do trabalho concedido pelo RGPS poderá ser inferior ao valor do salário mínimo nacional, desde que o segurado tenha exercido atividade sob regime de jornada parcial.

Questão 040

O direito de o segurado requerer a revisão do ato de concessão de benefício previdenciário extingue-se após o decurso do prazo decadencial de dez anos, contado a partir do dia primeiro do mês seguinte ao que o titular recebeu a primeira prestação.